

A IMPLANTAÇÃO DA ZONA RURAL COMO UM “CELEIRO DA CAPITAL”.

o exemplo do Rio de Janeiro (1917-1935)

The implantation of the Rural Area as a "granary of the Capital".

The example of Rio de Janeiro (1917-1935)

Leonardo Soares dos Santos¹

Artigo recebido em: 25/08/2020.

Artigo aceito em: 01/02/2021.

RESUMO:

Nos 1920 a zona rural então delimitada traria em seu bojo a preocupação de fomentar um certo conjunto de atividades e construções para fins agrícolas. Toma então impulso a ideia de que a região poderia se tornar o “celeiro” do Distrito Federal. Pensando com o conceito de território de Rogério Haesbart, entendo a zona rural aqui não como um espaço estático, alvo de tributos, mas um território dinâmico, que passava a ser lido e entendido em conjunto com as relações sociais que nele vigorassem, e não como se fosse algo a parte. Com base na análise de textos legislativos, material jornalístico e pronunciamentos oficiais, este artigo se dedica a reconstituir esse processo entre 1917 e 1935, observando a maneira como a região é pensada e lida por diferentes agentes a partir de noções e objetivos atribuídas a ela.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; Zona Rural; abastecimento; agricultura urbana; História Local.

ABSTRACT:

In the 1920's the rural area then delimited would bring in its bulge the concern to promote a certain set of activities and buildings for agricultural purposes. The idea that the region could become the "barn" of the Federal District was then promoted. Thinking with Rogério Haesbart's concept of territory, the rural area here is no longer a static space, a target of taxes, but a dynamic territory, which would be read and understood together with the social relations that were in force in them, and not as if this was something apart. Based on the analysis of legislative texts, journalistic articles and official pronouncements, this article is dedicated to reconstituting this process between 1917 and 1935, observing the way the region is thought and read by different agents from notions and objectives attributed to it.

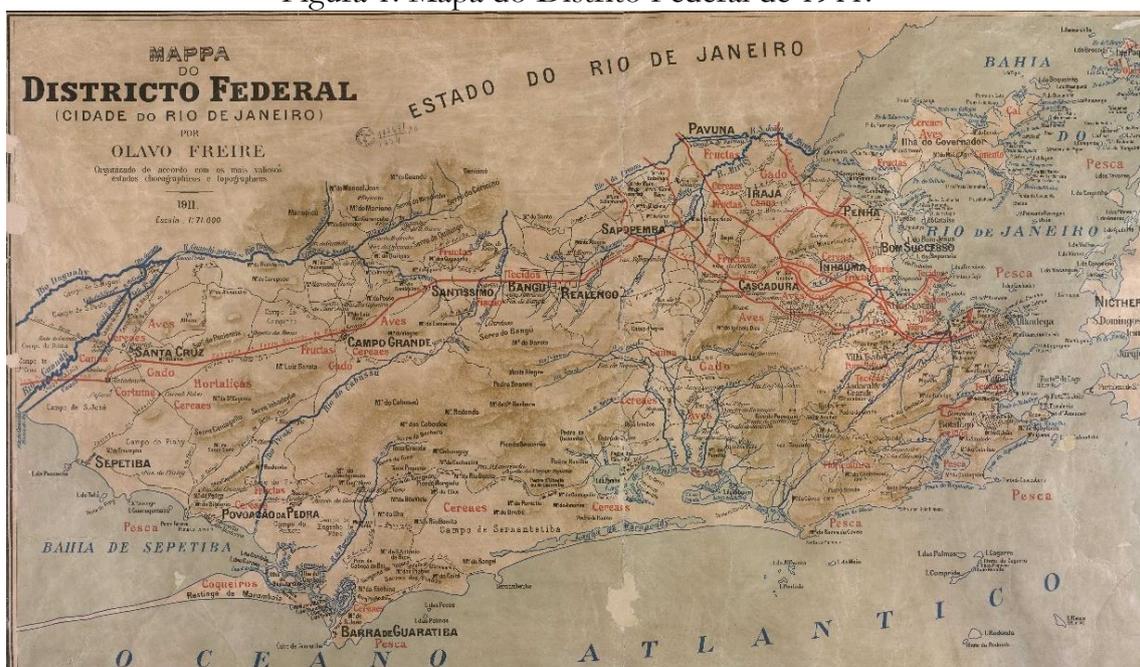
KEYWORDS: Rio de Janeiro; Rural Zone; Supply; Urban Agriculture; Local History.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor e pesquisador no Departamento de Fundamentos da Sociedade do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, do Pólo Universitário da Universidade Fluminense Fluminense localizado em Campos dos Goytacazes. Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9434859110436133>. Endereço de e-mail: leossga@gmail.com

A Zona Rural era um pântano...

Num relatório apresentado ao Ministério da Agricultura em 1930 relativo ao “melhoramento das condições da agricultura no Distrito Federal” entre 1927 e 1928, o autor se diz “impressionado com o estado de abandono de grandes áreas cultiváveis no Distrito Federal que, uma vez exploradas, teriam grande concurso no abastecimento do Rio”. As terras da zona rural, continua ele, “oferecem ótimas condições para a agricultura mas estão transformadas em pântanos e precisam ser saneadas” (PECHMAN, 1985, p. 74). Segundo o mesmo autor, era necessário um programa de incentivo à produção com vistas a efetivar a zona rural como a principal solução do “consumo e barateamento da vida na cidade”. É possível que esta autoridade que representava o Ministério da Agricultura não encarasse o problema das terras inculcas exclusivamente sob o ponto de vista do aproveitamento agrícola. O estado de abandono das terras era prejudicial não só à agricultura, como à saúde da população carioca. O saneamento da região tinha dupla importância nesse sentido: era um meio capaz de devolver estas terras à prática da agricultura e era o único capaz de expulsar da região os vários focos de doenças nela instalados.

Figura 1. Mapa do Distrito Federal de 1911.



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

As demandas por melhorias nas freguesias/distritos rurais do município do Rio de Janeiro já eram visíveis no cenário político da cidade desde o início do século XX. Tal demanda emprestavam visibilidade à região, na tentativa de chamar a atenção dos poderes públicos para os problemas ali verificados. Mas nota-se que nesse momento, as melhorias pedidas para as áreas agrícolas sempre enfatizavam a questão da insalubridade, que parecia assolar com intensidade aqueles recantos. O intendente Fonseca Telles lembrava que na “zona suburbana” – que entre suas maiores fontes de renda tinha-se a taxa de enterramento - “reside em maior numero o proletariado e onde existe a lavoura do Districto”. Cogitava ainda o edil convidar o então prefeito a fazer uma visita à região: “creio que presto, assim, um serviço não pequeno a essa zona, porque estou certo de que o Chefe do Executivo, vendo com os seus olhos, não deixará de agir quanto antes, senão para embelezar essas paragens, amenas para tornal-as(sic) mais transitáveis e salubres” (**Annaes do Conselho Municipal**, 22/09/1909, pp. 176-177).

Mas se a insalubridade reinante era vista como um óbvio problema a exigir medidas por parte dos poderes públicos, alguns agentes viam na existência desse mesmo problema uma ocasião para investimentos de capital numa extensa área do Distrito Federal, cuja potencialidade econômica era ampliada pela perspectiva de crescimento populacional que já se desenhava. Em tal contexto muitos agentes privados procuraram enfatizar a aliança entre obras de saneamento e promoção da lavoura como o meio mais eficaz de valorização da região agrícola da capital da República.

Atento a esse aspecto estava Amadeu Fajardo, um engenheiro civil que em outubro de 1911 apresentava ao legislativo municipal um projeto de “uso e gozo de um tramway electrico” que “partindo do morro de S. Thereza, próximo ao aqueduto, à terminar em Sepetiba, e de estradas lateraes, electrificadas, sem trilhos, ligando àquella linha os districtos de Jacarepaguá, Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz, com favores relativos a esse empreendimento”. A principal justificativa – e atrativo – do empreendimento residia no fato dele proporcionar, de uma só vez, o saneamento

e a conversão de terras antes insalubres para a expansão agrícola em prol da população:

Considerando ainda que o projeto vem favorecer grandemente uma zona, em parte insalubre e no todo completamente despovoada e inculta, qual a que vai do alto da Gavea à Sepetiba, defrontando com o Atlântico. Considerando também que o empreendimento projectado, além de completar o saneamento de uma grande extensão de terrenos alagadiços, determinará o povoamento da extensa area a que vão servir o tramway electrico e as estradas lateraes electrificadas [...], area que sera enriquecida pela pequena lavoura e pela criação, cujos produtos, com facilidade de transporte, visão abastecer os nossos mercados (**Annaes do Conselho Municipal**, 20/06/1911, pp. 176-157).

Não apenas os capitalistas. Vários legisladores reclamariam melhorias para a região pautando suas reivindicações na questão da insalubridade. Fonseca Telles pedia, por exemplo, obras urgentes na lagoa de Jacarepaguá, que com suas águas paradas acabava fazendo do lugar um grande “foco de impaludismo” (**ACM**, 20/06/1911, pp. 401).

Poucos anos depois, Cesario de Mello voltaria a chamar atenção para a existência de focos insalubres, como na “região do Rio Guadú”. E destacava o quanto tal mazela - “a miséria das regiões esquecidas, miséria que deprime o seu desenvolvimento” (**Annaes do Conselho Municipal**, 20/06/1911, pp. 401) - prejudicava o desenvolvimento das atividades agrícolas na região, que era vista como uma espécie de vocação do lugar²:

Quando diz miséria, refere-se o orador à causada pelo morbus que nessas impalustres regiões dizima as suas já escassas populações, e as que para ali attrahidas pela riqueza e promessas do sólo fértil, com esforço e afronta louváveis, tudo arrostam. Urge, é indispensável, é impositivo o combate sem tréguas, nessas promissoras zonas do Districto, ao morbus dizimador e afugentador, como a uncinariose, a leischmaniose, o impaludismo, já não

² Com o termo *vocação* destaco a tentativa de autoridades públicas em atribuir a determinados territórios uma atividade econômica e social específica. Verena Andreatta (2006) observa que as reformas urbanas da virada do século XIX ao XX utilizaram as posturas municipais para esse fim, mas tratava-se de um procedimento restrito ao espaço central das cidades. Mas com o passar do tempo, em especial a partir dos anos 1920, o Estado ampliou o escopo da sua atuação, passando a desenvolver instrumentos mais abrangentes de planejamento urbano e regional, incidindo sobre regiões do país. Ver a esse respeito Topalov (1996).

falando, da epizootia que victimou tantos animais (Annaes do Conselho Municipal, 02/07/1917, p. 75).

As pressões pelo saneamento da região eram tão significativas, que a gestão Amaro Cavalcanti decide apresentar junto ao legislativo municipal um projeto de “saneamento das zonas suburbanas e rural”. Uma das principais tarefas consistia exatamente em “mandar desobstruir e limpar o leito e margens dos rios que cortam o território do Distrito, elevar o curso das suas águas, nivelar e drenar as terras marginais aos mesmos rios, permitindo a sua cultura” (Annaes do Conselho Municipal, 10/07/1917, p. 228).

Na Mensagem n. 362 dirigida ao **Conselho Municipal**, Amaro Cavalcanti esmiuçava em detalhes como planejava fazer da zona rural do Distrito Federal um grande “celeiro”:

Animar, auxiliar, favorecer, sem solução de continuidade, o desenvolvimento da lavoura no Distrito Federal, deve ser reconhecido, na lei, uma das obrigações permanentes no Governo local.
[...] Não se cogita de empreendimento a ser realizado de uma só vez. Ninguém espera ver, no correr de um ou dois anos somente, todo o território do Distrito Federal transformado em um celeiro de gêneros alimentícios ou num pomar ou jardim, onde se encontrem frutas e flores de toda espécie. O que se intenta, é encetar, com fé e perseverança, a obra agrícola do Distrito, semeando, onde melhor convenha, a boa sementeira, para que dela brotem plantas escolhidas, capazes dos melhores frutos. Procedamos aos poucos; mas com inteira fé no êxito, desde que sejam empregados os meios e aparelhos apropriados, e não abandonemos a empresa ao meio da sua jornada. Se assim fizermos, em cinco ou seis anos o Distrito Federal terá para a sua população alimentação própria, abundante e segura; as suas terras ora incultas, ficarão altamente valorizadas, pela riqueza enorme nelas produzida; e as finanças públicas verão, ao seu turno, progressivamente aumentadas as fontes da renda, as quais agora lhe faltam e hão de faltar, enquanto fôr descurada a sorte da riqueza própria do mesmo Distrito (Annaes do Conselho Municipal, 09/07/1917, p. 217).

Figura 2. Mapa das paróquias do Distrito Federal.



Fonte: LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

Um dos obstáculos para tal plano era a precariedade da própria lavoura carioca, que segundo ele, “é muito parca ou acanhada, e carecedora de meios para o seu desenvolvimento” (**Annaes do Conselho Municipal**, 09/07/1917, p. 217). Precariedade que se devia a falta de estradas em boas condições na zona rural e a existência de muitos locais insalubres.

Depois de ponderar que o Governo Municipal não tinha condições financeiras de comprar “grandes áreas de terrenos para convertê-los em núcleos agrícolas” (o que dá a entender que essa seria a medida mais recomendável a ser implantada), Amaro Cavalcanti sugere os seguintes “itens de um programa, embora modesto”, que garantiria “proventos e vantagens” aos lavradores cariocas:

- 1) Uma escola rural prática” [...].
- 2) Comícios periódicos em diferentes localidades nos quaes se expliquem aos lavradores da vizinhança, em linguagem chã e clara, os melhores processos e praticas das varias culturas[...].
- 3) Pequenos mercados [...].
- 4) Facilidade [...] na aquisição de sementes, adubos e machinas [...].
- 5) Premios de um a cinco contos de réis para os lavradores, que produzirem quantidade maior de taes e taes gêneros [...].
- 6) Melhoramentos ou conclusão das obras das estradas e caminhos carroçáveis [...].
- 7) Tarifas de transporte [...].
- 8) Construcção de um mercado central [...].
- 9) Desobstrucção dos rios, cuja obra vale, não só, como saneamento, mas também, para o aproveitamento das terras marginaes nos fins da lavoura.
- 10) Saneamento, quanto antes, das zonas

alagadiças do littoral de Jacarepaguá, Guaratiba e Irajá, assim como das regiões paludosas do rio da Prata do Mendanha e Guandu do Senna. 11) [...] a construção de uma pequena estrada de ferro, de bitola estreita, que, partindo da Gavea, percorra as zonas férteis de lavoura, próximas do littoral, até Sepetiba. 12) Redução de taxas ou impostos [...]. 13) Adopção de medidas ordinárias, que facilitem a exportação de frutas para fora do paiz [...]. 14) Organização de um transporte marítimo ou terrestre, que facilite a condução do peixe dos vários pontos do litoral [...]. 15) Registro das terras do Districto Federal (**Annaes do Conselho Municipal**, 09/07/1917, pp. 218-220).

Amaro Cavalcanti voltaria a tratar desta questão, quase um ano depois em nova mensagem ao Conselho Municipal em junho de 1918. E trataria o tema do “desenvolvimento da lavoura no Districto Federal” com mais minúcias. O então prefeito indicava algumas iniciativas com vistas a tornas as “modestas sugestões” do ano anterior em medidas mais efetivas em prol das atividades agrícolas do município. Uma delas seria a criação da **Superintendencia dos Serviços Municipaes da Lavoura do Districto Federal** por meio do decreto legislativo n. 1.183 de 3 de janeiro de 1918. Ela além do superintendente, contava com mais quatro “instructores agronomos”. A principal função do órgão era dar instruções e conselhos de cunho agrícola aos pequenos lavradores de “toda a zona rural do Districto Federal”. Num primeiro momento, os instructores foram distribuídos em quatro postos:

Posto n. 1 – Irajá, compreendendo Inhaúma, Engenho Novo, Meyer e Ilhas, tendo por séde o campo de “Demonstração” em Deodoro;
Posto n. 2 – Jacarepaguá, incluindo Tijuca e Gavea, com séde na Taquara;
Posto n. 3 – Campo Grande, incluindo parte de Santa Cruz, com séde em Campo Grande;
Posto n. 4 – Guaratiba, incluindo parte de Santa Cruz, com séde na Fazenda do Sacco. (**ACM**, 18 de junho de 1918, p. 26)

Questões como conserto de máquinas, manejo de sementes e problemas como a “peste dos formigueiros” (“Já não é pequeno o número de formigueiros extinctos: excede a 400”), enxertia de plantas e adestramento de animais, eram estes os assuntos mais tratados pelos instructores junto aos pequenos lavradores cariocas. Mas o trabalho era imensamente dificultado por vários motivos. Um deles era a falta de corpo técnico numeroso. Os postos agrícolas funcionavam apenas com um instrutor. Um total de quatro tinha que lidar com uma vasta área, caso da zona rural

do Rio, que perfazia quase dois terços do território municipal. Disso reclamava o próprio Amaro Cavalcanti: “O número de instructores é insuficiente para atender com conveniência aos pedidos de pontos diversos, às vezes, muito distantes”. Outra reclamação dizia respeito ao número reduzido de material agrícola (ACM, 18 de junho de 1918, p. 26). Este trecho dá uma boa dimensão de como andava o funcionamento da Superintendência da Lavoura. Vemos no relato abaixo a constatação de aspectos em funcionamento que se misturam com reclames sobre a falta de condições plenas de funcionamento:

[...] a não ser augmentando o actual número dos instructores, necessário se torna dar-lhes um *ajudante pratico*, de categoria intermediaria entre o instructor e o trabalhador, tendo um pouco mais de habilitação do que este, mais idoneidade e conhecimentos, de modo a poder, em determinados casos, auxiliar melhor e substituir mesmo aos instructores nos serviços e na fiscalização.

Uma vez devidamente organizados e convenientemente aparelhados os *postos*, os instructores terão de dar lições práticas de agricultura, em logares, dias e horas designados em cada semana, de maneira que à população circunvizinha se habilite, de mais a mais, para os misteres da sua indústria. Os serviços prestados actualmente nos *postos* têm consistido principalmente: na montagem de machinas agrarias e no seu manejo; no ensinamento da sua utilidade e fins; no adestramento dos animaes para as machinas; no modo de bem escolher e aproveitar as terras; na enxertia de plantas; e, com frequencia maior, em trabalhos para a extinção dos formigueiros.

[...] Parece de grande vantagem, que em cada *posto* haja hortos, destinados a viveiros de plantas úteis, para serem distribuídos pelos lavradores, gratuitamente, ou a preço mínimo, quando os fornecimentos forem de grandes quantidades (Idem).

Entretanto, a limitação mais lamentada por Amaro Cavalcanti diante da falta de recursos da Superintendência da Lavoura era relacionada às obras de “saneamento dos pântanos e a desobstrução dos rios do Districto Federal”. No entender do prefeito,

A desobstrução dos rios e o deseccamento dos campos são necessidades, cuja satisfação é complementar as que vêm de ser indicadas: porquanto, só assim cessará a estagnação paludosa das águas, a qual, quando não produz a morte, traz a degradação, lenta e corrosiva, das energias do homem do campo e da sua descendência. (Idem)

A questão do saneamento seguiria se apresentando como um grande problema da região nos anos seguintes. Em julho de 1919, o **Gazeta Suburbana**

deplorava o fato de que Tijuca, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Sepetiba, Irajá e Inhaúma eram “localidades que maior progresso não [tinham] por causa das várias moléstias que definham ou matam suas populações”. E detalhava os fatores que geravam tal quadro:

[...] a ingestão de água de poços, a ausência absoluta de exgoto para as matérias fecaes, a escassez de socorros médicos, a existência de numerosos pântanos e, finalmente, a dificuldade de locomoção para os que necessitam de comparecer aos postos prophylaticos mais próximos.

Resultado (sic): o despovoamento daquela localidade e a perda de energias que muito poderiam fazer em benefício da collectividade (**Gazeta Suburbana**, 12 de Julho de 1919, p. 2).

Um dos mais notórios políticos locais, Cesário de Mello, retratava assim Santa Cruz, ao ver nele “diminuído o coeficiente da natalidade e augmentados o da mortalidade e o de nati-mortos”:

A pandemia de gripe de anos passados ainda responde pelo gravame da mortalidade não há negar que, da imprevidência do Estado em consentir que a população se condense no meio endêmico, pela estagnação e poluição, permanentes, falho de habitação higienica e do serviço de assistência pública decorre quasi todo o efeito maléfico a que venho de aludir (**Annaes do Conselho Municipal**, 13 de Junho de 1923, p. 164).

O saneamento das terras da zona rural iria cada vez mais se consolidando como o maior desafio a ser enfrentado na região. A promoção da agricultura, como política ampla e massificada por parte dos poderes públicos, era vista como importante arma para a melhoria do lugar. A atividade agrícola, no contexto carioca, tinha antes de tudo um caráter saneador. O projeto encaminhado por Cesário de Mello, à mesa diretora da Câmara Municipal sintetiza bem essa concepção:

Que providencie junto dos Srs. Ministros da Agricultura, da Viação e dos Negócios Interiores no sentido de estabelecer com o Governo da União acordo para que sejam intensificados a cultura, a formação de campos, o serviço de rectificação, drenagem (sic) e dragagem e a systematisação do abastecimento de agua, afim de que tanto quanto possível, resultem efficientes a dessecção e o abastecimento para o tratamento higienico do efluente dos domicílios, afastando-se, por essa forma, a transmissão aos homens e aos animaes, directa ou indirecta, por meio de insectos e de parasitas que se desenvolvem, activa e incessantemente, no meio estagnado, lamacento e polluido, entretendo o meio endêmico (Idem).

A Zona Rural como “zona agrícola”...

Mas não eram apenas os “parcos recursos” que emperravam a execução de medidas de saneamento. Amaro Cavalcanti, voltando novamente para 1918, destacava um ponto que praticamente nenhum outro agente político tocava quando o assunto era a melhoria da agricultura da zona rural do Distrito Federal: a tendência de muitos “proprietários” especularem com a terra. Ele via já em 1918 que as melhorias efetuadas pelos poderes públicos na zona rural, ao invés de beneficiar a agricultura e os pequenos lavradores, poderiam favorecer outros fins bem diversos:

A maior parte das terras por onde passam os rios a desobstruir são de propriedade particular, adquiridas, talvez, por preços mínimos, mas cujos proprietários permanecem à espera que o poder público se resolva a melhorá-las, dependendo grandes somas para a sua valorização, e os resultados desta serem, então, fruídos por quem nenhum interesse teve pelo bem público, concorrendo para o seu saneamento. A administração precisa, portanto, ser dotada dos elementos necessários à solução do caso, tendo em vista o bem geral, isto é transformando utilmente regiões insalubres em campos férteis e produtivos. Para isso, é mister que seja ella aparelhada de leis sabiamente adoptadas, as quaes, ou imponham aos proprietários de taes terras, sob penas severas, a obrigação de promover o seu immediato saneamento, colhendo eles próprios os benefícios resultantes, ou armem ao poder publico do direito de desapropriá-las, e, uma vez realizado o seu saneamento, dividil-as em lotes rurais, para serem aforados a indivíduos particulares durante prazos que lhes permitam recolher os benefícios das plantações e outras bemfeitorias, feitas nas mesmas. Estou convencido de que seria esse um dos modos de resolver praticamente tão importante problema, resultando dahi compensação real para os grandes dispêndios, que serão indispensáveis (**Annaes do Conselho Municipal**, 20 de Julho de 1918, p. 164).

Além de recursos financeiros, a Municipalidade precisava de instrumentos jurídicos para impedir que as terras da zona rural servissem a finalidades menos nobres. Há que se destacar que tanto para Amaro Cavalcanti como para vários sanitaristas, as medidas em prol da salubridade da região tinham um forte conteúdo moralizador.³ Entendiam eles que a insalubridade gerava um sentimento generalizado de indolência entre os habitantes das regiões rurais. Ou seja, a noção de saneamento

³ A análise sobre os componentes biológicos e morais das ações de saneamento do espaço, tendo como pano de fundo a problemática da relação entre território e grupos sociais no pensamento urbano da segunda metade do século XIX, é efetuada por Sidney Chalhoub em dois trabalhos sobre o Rio de Janeiro (1996 e 2001).

era ao mesmo tempo biológica e moral. Nesta mesma mensagem, o prefeito pontuava que

Um outro grande mal a combater vigorosamente é, como a insalubridade dos campos, o uso desordenado do álcool, feito por um sem número de indivíduos das classes inferiores, que nos mesmos vivem. Quem anda pelos diversos caminhos e estradas, que atravessam as zonas rurais, encontra a cada passo nas encruzilhadas uma pequena venda. Esta, que devia servir, de preferência, para facilitar a distribuição dos alimentos e desalterar o viandante é, pelo contrário, quase unicamente, o veículo propagador e distribuidor do álcool, sob a sua forma mais nociva ou repugnante, a cachaça. O trabalhador das roças, vivendo em campos alagadiços, vítima das piores endemias locais, características da região, procura frequentemente, como recreio ou passatempo a conversa sob o alpendre da *venda*, e ali ingere repetidamente o veneno que há de minar por completo o organismo, não raro já combalido pela própria permanência em campos insalubres ou pestilentos. [...] é o uso frequente do álcool que provê principalmente essa característica de indolência ou de pouca assiduidade ao trabalho, que todos notam numa grande porção da classe proletária das zonas rurais. Ganham pouco, porque poucos são os dias que os indivíduos se demoram no trabalho, e, ainda assim, a melhor parte do salário recebido, raro é, o que não o despense na aquisição do álcool, cuja bebida o faz cada vez mais indolente (Idem).

Tal visão sobre a população rural ecoava na própria imprensa carioca. O **Gazeta Suburbana**, analisava em 24 de janeiro de 1920:

A lavoura precisa de braços. E a policia precisa cumprir o seu dever. Por que assim falamos? Porque não podemos ver permanecerem o dia inteiro nas tavernas e nos botequins suburbanos tantos indivíduos (quasi todos de aparente robustez) sem ocupação e a se definharem com a ingestão de cachaça, sem que honestamente possam explicar a procedência do dinheiro com que pagam as despesas, quando podiam estar empregando sua atividade nos campos agrícolas.

Quisesse a policia e esses indivíduos estariam sendo bem aproveitados. Seria um excelente serviço prestado à questão social e à pátria (**Gazeta Suburbana**, 24 de Janeiro de 1920, p. 2).

Daí que passasse a haver com certa frequência a partir do início do século XX a veiculação tanto na imprensa quanto em órgãos de entidades de classe a veiculação de propostas de ensino agrícola. O seu principal divulgador no então Distrito Federal seria a Sociedade Nacional de Agricultura, por meio de sua revista **A Lavoura** (Janeiro de 1910, p. 23). De certa forma a entidade acabaria tendo êxito com a instalação de escolas rurais. A rede de ensino municipal, que já vinha sendo expandida desde pelo menos a

gestão de Sezerdelo Correa (09/1909 – 11/1910), atingia a zona rural no início da década de 1920. Era o começo da implementação das Escolas Rurais, “que visavam a uma educação adequada às peculiaridades locais”. Sua reconstrução se iniciou entre 1922 e 1926. A primeira delas seria a Escola Rural Alberto Torres, localizada em Santíssimo, à margem da estrada real de Santa Cruz (FROES e GELABERT, 2004, p. 192). Mas agindo um pouco antes da municipalidade, o governo federal, sob o comando do Marechal Hermes, instalaria na Vila Proletária a Escola Técnica Visconde de Mauá, na qual também cursos agrícolas eram ministrados (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Além disso, a Prefeitura já demonstrava interesse no estabelecimento de instituições de ensino rural na região ainda na década de 1910. Em 10 de julho de 1917, o Intendente Cesário de Mello apresentava o “Projecto nº 6”, pelo qual o prefeito ficava autorizado “a crear, na zona rural, um aprendizado agrícola, mediante as condições que estabelece, e dá outras providencias”. No texto de apresentação do projeto o autor demonstra se pautar numa noção do ensino agrícola enquanto instrumento de redenção das classes “desfavorecidas” (MENDONÇA, 1998, p. 15), e também chama atenção para um problema tido como urgente na época, que era o de aumentar o aproveitamento agrícola da região de modo a minimizar a crise de abastecimento da cidade:

Considerando que se devem difundir nas diferentes classes da sociedade os conhecimentos necessários para bem dirigir os trabalhos de campo;
Considerando que com estes meios e conhecimentos, com aplicação dos princípios racionais de cultura e dos bons métodos consagrados pela experiência consegue-se, de muito, aumentar a produção (Idem).

Tais preocupações dariam forma a outros projetos e ações governamentais, demonstrando que na prática a zona rural não era de todo uma “região esquecida” “vazia de significado” para os poderes públicos, embora essa fosse a imagem consolidada sobre a região. As consequências desencadeadas pela execução de alguns desses projetos, especialmente para a agricultura e saneamento da zona rural dariam ensejo a profundas mudanças na zona rural a partir da década de 1930.

Além da melhoria das condições de salubridade da região, a transformação da zona rural em um “celeiro da capital” também respondia a outro tipo de demanda: que era a dos próprios gêneros alimentícios por parte da população.

Com a Primeira Guerra Mundial e o aumento do combustível, o frete dos gêneros alimentícios importados pelo Rio de Janeiro sofria uma grande alta, que iria ter rebatimentos sobre o preço final dos produtos, que pesavam, no fim das contas, no bolso dos consumidores, especialmente da massa dos assalariados urbanos da cidade. Porém, há que se lembrar que mesmo antes disso, o abastecimento da cidade já era algo problemático. Em seu estudo sobre a implementação da Fábrica Bangu no final do século anterior, Luciana Cunha Oliveira observa que a direção desta tratou de construir em 1900 o engenho de Santo Antonio, para facilitar o abastecimento das famílias dos operários (OLIVEIRA, 2006, p. 49). A autora atribui tal iniciativa ao custo dos alimentos do operariado no Rio de Janeiro, pois era o mais elevado do país nesse período devido ao aumento populacional na capital federal. Além do engenho, Oliveira aponta ainda que a estratégia da Fábrica Bangu também se desdobrava na criação de condições para que os próprios operários provessessem a sua subsistência, conforme esclarece um artigo operário, o sr. Diocleciano Machado:

Em Bangu colocaram a gente para morar uns juntos com os outros, a fábrica deu terreno e madeira para fazer a casa. Ninguém da minha família já tinha trabalhado em fábricas antes. Os homens da Companhia deixaram fazer a lavoura e ter alguns bichos, porcos, galinhas; e assim tinham vários ranchos. Alguns plantavam cana e vendiam em meio para o engenho (OLIVEIRA, 2006, p. 51).

O papel do quintal na produção da subsistência dos “operários” também é lembrado por Everardo Backheuser:

O quintal nas casas operárias, é, principalmente não havendo jardim, uma das partes mais importantes; é nelle que se faz a lavagem da roupa de casa e também da de fóra, pois infelizmente não está generalizado entre nós o uso das lavanderias publicas, o que fora para desejar já estivesse; é nelle que brincam os filhos, porque do contrário irão para a rua; é nelle que há o gallinheiro (BACKHEUSER, 1906, p. 24).

Backheuser chega a defender a ideia de que uma das poucas coisas que podia levar os “operários” a se estabelecerem nos subúrbios no início do século XX, além do “ar puro”, era a possibilidade de cultivar suas próprias verduras. Ou seja, o problema do consumo de gêneros alimentícios estava longe de se constituir como uma questão menor naquela época.⁴ Não à toa o tema da carestia de alimentos apareceria de maneira recorrente nas várias manifestações de grupos e partidos operários da cidade. Mas a crise de abastecimento não era apenas prejudicial aos trabalhadores. Junto a isso há um importante detalhe destacado por Boris Fausto: o trabalhador do então Distrito Federal, em especial o do ramo fabril era o mais bem remunerado do país. Segundo o historiador, “o motivo principal da maior taxa de salário no Rio de Janeiro residia no elevado preço do custo de alimentação da mão-de-obra na região, por força da inexistência de agricultura local e da precariedade agrícola da região fluminense” (Idem). Outras repercussões dessa característica da cidade ainda eram nítidas em meados da década de 1910. Alfredo César Oliveira em estudo sobre a Vila Proletária (conhecida hoje como Marechal Hermes) em 1914, destaca que várias das residências projetadas para esta Vila foram feitas para a ocupação de “agricultores”. O autor deduz disso que havia por parte do governo federal “uma preocupação em tornar a Vila Proletária autossuficiente em gêneros de primeira necessidade” (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Côncio desse problema, o governo municipal, na figura de alguns prefeitos, iria tomar algumas medidas. Numa cidade de considerável grau de mobilização por parte das classes trabalhadoras, a hipótese de que ela tivesse que lidar com a carestia de alimentos no seu dia-a-dia, causava, no mínimo, certa inquietação nas autoridades públicas. As anotações pessoais feitas pelo prefeito Amaro Cavalcanti (1917) sobre o assunto dão bem a medida de tal preocupação. Tal conjunto de anotações, embora

⁴ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira em **História política do abastecimento (1918-1974)**, lembram que em 1918 é criado o Comissariado de Alimentação Pública, “primeiro órgão a marcar a intervenção do Estado no problema do abastecimento”. Anotam ainda os autores que tal Comissariado surgiu no bojo de “uma aguda crise social, marcada por movimentos populares e operários que chegaram mesmo a questionar a autoridade do Estado” (LINHARES e TEIXEIRA, 1979, p. 20).

não muito extenso, revela um pouco da leitura que as autoridades públicas podiam ter não apenas da questão do abastecimento de gêneros em si, mas também das suas implicações políticas e sociais. Num dos recortes de jornal guardados pelo prefeito constava uma matéria sobre o “Barateamento dos gêneros alimentícios no Uruguay”. No texto da matéria havia a seguinte informação: “o Governo estuda um projecto de lei vedando desses gêneros alimentícios, chegando em casos graves até à requisição desses gêneros, mediante pagamento” (CAVALCANTI, 1917).

Junto ao texto impresso da matéria há uma anotação pessoal do prefeito, que parece ser o rascunho de um pronunciamento a ser feito por ele. Aqui, mais do que falar como esse tipo de medida seria tomado na cidade, Amaro comenta muito mais a respeito das repercussões políticas que tal questão poderia ter junto à população:

Não há motivo real para que a população, nomeadamente de operários e classes mais necessitadas, se deixe levar por sugestões malévolas dos que procuram perturbar a ordem, a pretexto de carência de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Não se desconhece a carestia de taes gêneros actualmente. Mas a situação está sendo acompanhada pelo Prefeito e subsiste a mesma, quer quanto às quantidades quer quanto aos preços respectivamente. E tanto o Sr. Presidente da República como a Prefeitura continuam vigilantes a esse respeito, tomando as medidas que a prudência e a prevenção vão, dia a dia, aconselhando (Idem).

Mais adiante, Amaro Cavalcanti, certamente inspirado no exemplo uruguaio, chega a sinalizar possíveis medidas para restabelecer o fornecimento adequado de gêneros. Uma medida que talvez até se justificasse pela situação de guerra – ainda estamos em 1917, na qual certas iniciativas eram admitidas, porém, havia ainda um outro elemento que contribuía para tornar o período bem mais tenso. O ano de 1917 representa o auge dos movimentos grevistas por parte do movimento operário sob hegemonia anarquista. Vejamos como essa questão acaba se refletindo nas ponderações de Amaro:

Mas si, desgraçadamente, essa esperança fosse malograda, - ainda restaria ao poder público a medidas extraordinária, ou de fixar o preço máximo dos gêneros de primeira necessidade em grosso e a retalho, ou de mandal-os vender diretamente à população, de maneira que a sorte desta não ficaria caprichosamente entregue à ganância da especulação.

O que é preciso é que cada um se acautele contra as insinuações de indivíduos, nada bem intencionados, os quaes, com o bem dos operários [parte danificada], - o que realmente querem – é a desgraça comum de todos (Idem).

Um ano antes, a Prefeitura, sob o comando de Azevedo Sodré já ensaiava medidas mais concretas como o Decreto nº 1.126 de 20 de novembro de 1916, que autorizava o estabelecimento de feiras ou mercados livres nas zonas urbana e suburbana.

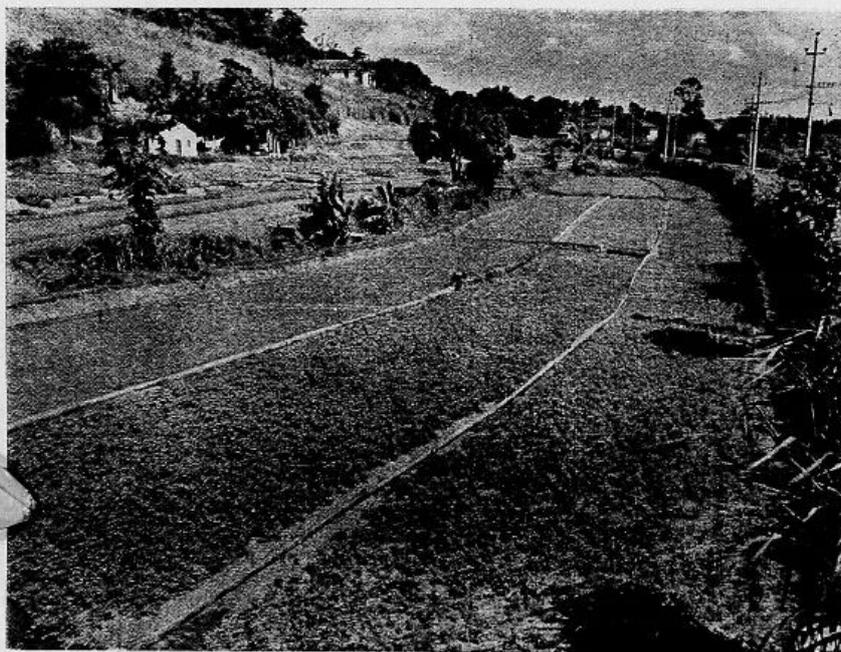
E Amaro Cavalcanti⁵ – que esteve à frente do executivo da cidade entre janeiro de 1917 e novembro de 1918 – introduziria ainda como pauta da administração municipal duas novas prioridades: o abastecimento da capital e a melhoria do transporte e produção agrícola tanto da zona suburbana quanto rural. Seria a primeira (e efêmera) vez que um prefeito demonstrava disposição em investir mais nessas regiões do que na zona urbana. Para tanto o então prefeito daria ênfase ao atendimento das demandas das zonas suburbana e rural, além de ter se voltado para o problema do abastecimento da cidade, incentivando a lavoura e a produção artesanal, reparando estradas para facilitar o escoamento desta produção (PINTO, 2008, p. 158). O urbanista José Reis nota que grande teria sido o empenho de Amaro no sentido de melhorar as vias de comunicação entre a zona urbana e as zonas rural e suburbana; e esta teria sido na verdade o foco principal da sua administração: “com escassos recursos financeiros, grandes extensões de caminhos vicinais foram melhorados, trazendo reais benefícios aos moradores da zona norte e, sobretudo, aos do sertão carioca, como era chamada a zona de Campo Grande e Santa Cruz” (REIS, 1977, p. 65).

⁵ Amaro Cavalcanti (Amaro Cavalcanti Soares de Brito, 1851-1922), nasceu no município de Caicó, comarca do Seridó – RN. Formou-se em Direito pela Albany Law School, de Nova York (EUA), foi prefeito do Distrito Federal entre 12/01 e 15/11/1917.

Figura 3. As hortas de Jacarepaguá no início da década de 1950.



A valorização do terreno segue numa arrancada muito rápida e quanto mais caro ele se torna, menos próprio, menos econômico, cultivá-lo. Cada semana surgem novos planos de loteamento na zona rural, lotes apontados



Fonte: **Observador Econômico**, Abril de 1951, nº 183, p. 58.

Veza por outra, a ideia de instalar colônias agrícolas na zona rural reaparecia. Tratava-se de um empreendimento enormemente dispendioso, mas as pressões envolvendo a demanda por abastecimento alimentar não paravam de crescer. Paulo de Frontin voltaria a sinalizar a intensão de comprar “antigas fazendas” situadas na

zona rural para estabelecer essas colônias. Ao comentar a proposta do então prefeito, o **Gazeta Suburbano** deixaria claro como o problema do consumo de alimentos para a população carioca se revestia como questão de fundo dos melhoramentos na região:

A existência dessas colônias, que seriam magníficos centro[s] de produção da pequena lavoura, da avicultura e da pequena pecuária, traria grande vantagem da fartura no abastecimento dos pequenos mercados existentes ou que venham a existir em todos os pontos mais populosos desta capital, bem como do barateamento de todos esses produtos, único meio de remediar a crise que nos vem proporcionando a falta de transportes, causa da carestia da vida.

Essas fazendas podem ser, bem cultivadas, fontes de renda mais do que compensadoras das despesas que a Prefeitura fizer ao transformá-las em colônias agrícolas, caso estas não sejam retalhadas e cedidas, a título precário, àquelles que quisessem colonizá-las com a condição de levarem seus produtos aos mercados municipaes, vendendo-os de acordo com os preços estabelecidos pela Prefeitura.

Algumas dessas fazendas têm terras que ficam à beira mar. Isto importa em dizer que nessas terras poderia ser feita a indústria da piscicultura, o que seria também de grande vantagem para o consumidor, pois peixe e camarão, etc., desceriam ao menor preço possível. É esse problema um dos de maior importância e que mais demandam de prompta solução (**Gazeta Suburbana**, 12 de Julho de 1919, p. 2).

Em 1921, sob a administração de Carlos Sampaio, era baixado o Decreto nº 2.392, em 12 de janeiro de 1921, que no seu artigo 5º:

Para custear a reforma dos serviços de abastecimento de carnes, bem como para outros melhoramentos e obras novas, fica o Prefeito autorizado a effectuar empréstimo externo ou interno até a quantia de 60 mil contos de réis, podendo o mesmo empréstimo ser augmentado da importância igual ao valor dos empréstimos actuaes que foram resgatados, calculada a igualdade pela equivalência do serviço de juros, destinando-se a soma de 10 mil contos para serviços e melhoramentos nos districtos municipaes de Espírito Santo, São Christovão, Engenho Velho, Andarahy, Tijuca, Engenho Novo, Meyer, Inhaúma, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba (SAMPAIO, 1921).

As brechas urbanas do “Celeiro da Capital”

Há que se destacar também duas medidas muito importantes em termos de melhoria da produção de gêneros na capital e que teria grande repercussão no esforço em se afirmar o papel da zona rural como espaço de produção agrícola. Medidas estas

que antecipavam em mais de uma década os intentos contidos nos regulamentos urbanísticos de 1935 e 1937.

O projeto nº 263, por exemplo, autorizava “o Prefeito a transformar em Colônia Agrícola e granja de criação, a Fazenda do Sacco de Guaratiba” (ACM, 14 de Dezembro de 1920, p. 149).⁶ Com a aprovação deste projeto nascia a Fazenda Modelo de Guaratiba, existente até hoje. Outra medida importante foi a decisão da Prefeitura em 1924, por meio do Projeto n. 154, em “promover a colonização da zona rural do Districto Federal” e a “organização de cooperativas de produção de gêneros alimentícios”. Por esse projeto a Prefeitura podia até mesmo criar um “Banco Hypothecario Municipal” para viabilizar a mobilização de crédito para a efetivação dos planos de colonização, que implicava na compra de máquinas, ferramentas, sementes, construção de escolas e benfeitorias etc (ACM, 19 de Dezembro de 1924, p. 274).

É fato que toda a crise que girava em torno da questão do abastecimento, com toda a repercussão política que ela continha, foi estimulada em boa parte pelo surto industrial vivido pelo país e pela cidade do Rio de Janeiro em especial. Além disso, o próprio crescimento populacional era um importante fator para alimentar tal quadro. Mas há que se apontar para um aspecto desse crescimento que se dava no Rio. Havia nele mais um elemento complicador para a administração da questão por parte das autoridades públicas. O grosso do contingente populacional que seria incorporado pela cidade desde a última década do século XIX era de imigrantes portugueses.⁷ Gladys S. Ribeiro informa que a presença dos portugueses na cidade foi crescente entre 1890 e 1930. Neste primeiro ano, por exemplo, havia 106.461

⁶ Por essa época também estava sendo criada a Colônia Juliano Moreira. Naquela época ela era conhecida como Colônia dos Psicopatas-Homens de Jacarepaguá. Esta Colônia tinha como finalidade abrigar a Colônia Masculina São Bento, localizada na Ilha do Governador e construída em 1890.

⁷ Manolo Florentino e Cacilda Machado apontam que dos 5.600 estrangeiros que chegaram ao Brasil entre 1820 e 1972, um terço era de portugueses, contra 29% de italianos e 13% de espanhóis. Ver a respeito dos autores “Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil séculos XIX e XX” (FLORENTINO e MACHADO, 2002, p. 1). Outra leitura obrigatória sobre o assunto é LOBO (2001).

portugueses no Rio, dentre os quais 77.954 homens e 28.507 mulheres. Os homens perfaziam 50% da população estrangeira e as mulheres, 18%. Homens e mulheres, segundo a historiadora, somavam um total de 68% dos estrangeiros (RIBEIRO, 1994).

Tal crescimento revelava aos poderes públicos o quanto era importante consolidar fontes seguras voltadas para o abastecimento de gêneros da população da capital do país. A zona rural carioca passava a ser vista como um dessas fontes. É significativo que a partir dos anos 1920 várias obras de melhoramentos planejadas para essa região tocassem na questão do abastecimento como uma das justificativas de sua pertinência.

Ao justificar o projeto de construção de uma ponte ligando o litoral à barra de Guaratiba, os legisladores destacavam os atrativos da localidade atingida por tal obra:

Constituindo um verdadeiro ponto de abrigo, que pode ser aproveitado como um dos locais de maior atracção do nosso litoral pela amenidade de sua temperatura, beleza natural e outros predicados essenciaes, como os da modicidade das condições de vida inherentes a uma localidade provida de recursos próprios oriundos da pesca e da lavoura. O fito da construção da ponte, além do mais, é facultar a exploração da restinga que tem [...] larga contribuição de um suprimento apreciável de produtos da lavoura e pesca à população desta capital (**Annaes do Conselho Municipal**, 4 de outubro de 1927, p. 39).

Em agosto de 1928, o serviço de carris entre Irajá e Guaratiba projetado pela Camara Municipal tinha como uma das principais justificativas o fato de se tratar de uma “zona productora” com “razoável coefficiente de abastecimento” (**Annaes do Conselho Municipal**, 4 de novembro de 1928, p. 57).

Em 1929, o então diretor do **Plano de Remodelação do Rio de Janeiro** Alfred Agache, quando chamado a se posicionar sobre o **Projecto de Transporte Urbano a grande velocidade** de autoria do engenheiro Raymundo Pereira da Silva, assim formularia as razões de sua aprovação:

1º - O projecto preliminarmente resolve o problema do transporte urbano e suburbano no seu conjunto.

2º - Se enquadra perfeitamente no plano geral de Remodelação da Cidade e sua extensão, executado debaixo da minha direção.

3º - Corresponde de um lado a uma necessidade inadiável de descongestionamento do trafego da parte central da cidade e, por outro lado, põe em comunicação rápida com o centro, os subúrbios e uma das melhores partes da zona rural.

4º - Facilita o abastecimento da cidade com os produtos da pequena lavoura e permite, ao mesmo tempo, a construção de villas operarias e prédios de residência em melhores condições de economia, hygiene e conforto (**Annaes do Conselho Municipal**, 2 de dezembro de 1929, p. 1396).

Mas não era apenas a agricultura a ser pensada como principal atividade a ser fomentada no território da zona rural. Esta era pensada como alvo de outros investimentos. Ou seja, a zona rural também era vista como um espaço favorável a expansão de atividades e dinâmicas de cunho urbano.

Em outubro de 1921, já aparecia no Conselho Municipal um projeto que concedia favores a quem propusesse a construção de “casas para habitação particular nas zonas suburbana e rural”. O projeto acabou não sendo aprovado, mas já era um importante indício de que a zona rural, além da suburbana há mais tempo, era vista como um lugar propício para expansão de loteamentos.

Não que as atividades rurais e urbanas se excluíssem. O que vemos na verdade é uma disposição em fazer da região um território onde coexistissem usos urbanos e rurais. Vários projetos de melhorias na zona rural, da parte tanto do poder público quanto de particulares, estabeleciam tal nexo.

A ponte a ser construída em 1927 ligando o litoral à Barra de Guaratiba, destacava, além dos benefícios à pequena lavoura da localidade, que “pelas condições especiaes em que a restinga se encontra, pode, também, desde que haja facilidade de comunicações por meio da ponte, ser aproveitada para a installação de estabelecimentos industriaes, cuja localização não seja conveniente nos centros populosos da cidade”.

E já destacava também um aspecto muito explorado pelo mercado imobiliário a partir do final dos anos 1940 – a construção de casas de veraneio:

O local é um dos mais apreciáveis para estações de recreio ou de repouso, especialmente na estação calmosa e o seu desenvolvimento, resultante da via de ligação proposta, virá concorrer para um mais amplo e valioso aproveitamento das zonas de Guaratiba e Campo Grande, devido a um fenómeno reflexível, fácil de prever (**Annaes do Conselho Municipal**, 3 de Outubro de 1927, p. 49).

Anos depois, em agosto de 1935, o parlamentar Romero Zander apresentava um pedido de criação de linhas de ônibus ligando Campo Grande ao Rio da Prata. Assim ele justificava a criação desse serviço público de caráter urbano:

Localidade próspera e muito povoada, zona rica e de terras fertilíssimas, por isto mesmo é um dos pontos do Distrito Federal onde existe em maior escala a citricultura, horticultura e extensas plantações de mamoeiros. Servida unicamente por um ramal de bondes da Companhia Ferro Carril de Campo Grande, tão vale dizer que os seus moradores não têm conducção pelo descalabro da insegurança, impontualidade e desconforto a que chegou a dita Companhia. De nada valeu a boa vontade da administração auxiliando a empresa com uma subvenção razoável (**Annaes do Conselho Municipal**, 26 de Agosto de 1935, p. 448).

Alguns projetos de construção tinham o nítido interesse de favorecer a pequena lavoura. Exemplo disso era o projeto do parlamentar Ernani Cardoso pelo reconhecimento oficial das Estradas da Bocca do Matto e da Fazenda:

A Estrada da Fazenda é uma das mais antigas na zona rural, penetra no seio de uma região das mais férteis, estando ligada a numerosos caminhos que percorrem toda a região montanhosa. A estrada da Bocca do Matto atravessa toda a região que tem o mesmo nome. É uma zona toda habitada por lavradores, que vivem lutando com os máus caminhos (**Annaes do Conselho Municipal**, 17 de Setembro de 1935, p. 238).

Contudo, conforme avançam os anos, pode-se observar o surgimento de projetos que enfatizam o caráter não agrícola dos empreendimentos na zona rural.

Em julho de 1927, por exemplo, Paulo da Cunha e Silva e José Joaquim Galvão solicitaram autorização ao Conselho Municipal para explorar um serviço de

“auto-carris, a explosão” para transporte de passageiros e cargas, a ser instalados “entre Madureira, Freguezia de Irajá e Guaratiba”.

Como “complemento da concessão”, os requerentes do empreendimento em questão ficavam

Com direito de uso e gozo de uma superfície com 5 kilometros de frente por 1 kilometro de fundo pelo prazo de cincoenta annos para uma Villa Balnearia que se obrigam a construir no prazo de três annos da data da concessão via Barra de Guaratiba ou no lugar denominado Pontual, conforme melhores condições de adaptação e abastecimento oferecer qualquer dessas localidades de accôrdo com os estudos e plantas que apresentarão à Prefeitura Municipal [...] (**Annaes do Conselho Municipal**, 22 de Julho de 1927, pp. 579-580).

Mais adiante encontramos especificado em detalhes que construções seriam essas, e fica evidente o caráter urbano de tal empreendimento:

- Estabelecimento propriamente balneário contendo commodos para casaes e solteiros, hotel, salão de musica, biblioteca, barbeiro, charutaria, café e bar, papelaria, compartimento para telegrapho e correio, gabinete medico, pharmacia, enfermaria, gabinete hydroterapico e termal, piscina e todos os acessórios inherentes a estabelecimento desta natureza, conforme a planta respectiva.
- Casas rusticas e campestres arruadas em avenidas, construídas na area de terreno pertencente à Villa Balnearia, destinadas a aluguel; destinando-se e adaptando-se uma escola publica à dependência da Prefeitura e a Polícia e uma para agencia de correio, telegrapho e saúde publica de acordo com a respectiva planta, não sendo cobrada renda alguma destas quatro casas que ficam isentas de qualquer taxas e impostos.
- Apparelhamento moderno e de completa segurança para banhos de mar aberto que os concessionários farão circunscrever á determinada zona, de accôrdo com os typos e desenhos respectivos.
- Arruamentos, parques de diversões e ajardinamentos (Idem).

Em 20 de agosto de 1935, era apresentado o Projeto n.118, que visava legalizar as “residências próprias construídas nas zonas suburbana e rural”, desde que o proprietário o requeresse “dentro de 90 dias, juntando croquis do prédio e do terreno, talão do imposto territorial ou predial, mediante o pagamento de um alvará de 30\$000” (**Annaes do Conselho Municipal**, 20 de Agosto de 1935, pp. 349-350).

A zona rural era ainda por essa época – anos 1920 e 1930 – uma espécie de fronteira aberta de cunho agrícola. Mas não apenas. Desde então, a região era pensada como suscetível de acolher outros empreendimentos, como o de implantação de obras e loteamentos urbanos.

Considerações finais

A formulação de políticas de saneamento rural surgia no horizonte como solução pensada para o problema da insalubridade reinante na região. É nesse momento que saneamento e a constituição de um “cinturão verde” passam a ser articulados. Um componente reforçando o outro.

O cinturão verde - encarado quase como um termo sinônimo de Zona Rural - passava a ser alvo de outro objetivo: prover a demanda da população urbana do então Distrito Federal por alimentos, especialmente os hortifrutigranjeiros.

Tal demanda era mais um motivo para convencer os poderes públicos da necessidade de preservação da zona rural. Iniciativas que vinham sendo tomadas desde os anos 1920 pareciam atestar que tal noção estaria bem consolidada: governos federal e municipal realizavam importantes melhoramentos na região que apontavam para uma política visando o fomento do cinturão verde da cidade. Podemos destacar a criação das escolas rurais, a inauguração da Fazenda Modelo de Guaratiba, isenções de impostos para pequenos lavradores. A própria obra de saneamento das baixadas de Sepetiba e Jacarepaguá nos anos 1930 tinham o objetivo de ganhar terras insalubres para os misteres agrícolas.

Contudo, a zona rural também era pensada não apenas para fins agrícolas. No caso do Rio de Janeiro, os planos para o aproveitamento agrícola da região sempre caminharam em paralelo a outros que objetivavam a expansão de atividades urbanas na mesma região. E novamente as obras de saneamento do governo federal se apresentariam como exemplo emblemático: os terrenos ganhos para a agricultura também eram excelentes para a implantação de loteamentos urbanos.

Tal expansão urbana passaria a colocar em risco a própria existência da zona rural da cidade. Expansão esta que se apoiaria na grilagem de terras, concorrendo para entre outras coisas, a expulsão das famílias de pequenos lavradores de suas terras. Tal processo evidenciava que, se era preciso fomentar a agricultura para abastecer o Distrito Federal, era necessário também estabelecer uma política que assegurasse a posse da terra aos seus pequenos lavradores.

Os vários conflitos de terra dos anos 1940 e 1950 demonstrariam que não bastavam políticas agrícolas. Para garantir a preservação do cinturão verde (então já chamado de Sertão Carioca), era preciso barrar a grilagem, o roubo de terras. Era preciso uma política de terras que assegurasse, portanto, uma política agrícola. Mas essa é uma história a ser contada em outro momento.

REFERÊNCIAS

A Lavoura, Janeiro de 1910.

BACKHEUSER, Everardo. **Habitações populares**. Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CAVALCANTI, Amaro. **Pronunciamentos à população do Rio de Janeiro e anotações do Prefeito Amaro Cavalcanti acerca das medidas frente à carestia e carência de gêneros alimentícios**. Coleção Amaro Cavalcanti, Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, 1917.

FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. “Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil séculos XIX e XX”, In: **Portuguese Studies Review**, Trent-Canadá, v. 10, n. 1, 2002.

FROES, Jose Nazareth de Souza; GELABERT, Odalea Ranauro Enseñat. **Rumo ao Campo Grande, por trilhas e caminhos**. Rio de Janeiro: s/ed., 2004.

Gazeta Suburbana, 12 de Julho de 1919 e 24 de Janeiro de 1920.

ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, Paraísos circulares**: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001.

CUNHA, Luciana.

HAESBART, Rogério. “Da desterritorialização à multiterritorialidade”, In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005, São Paulo: USP, 2005. p. 6674.

LINHARES, Maria Yedda L. & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Região e História Agrária”, In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

LINHARES, Maria Yedda Leite e TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Coleção Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, 1979.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Migração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, In: NOVAIS, Fernando. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOTTA, Marly Silva de. **A Nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1992.

OLIVEIRA, Alfredo César T. de. **O Governo do Marechal Hermes e as Vilas Proletárias**. Projeto de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2004.

OLIVEIRA, Luciana da Cunha. **A fiação de um bairro**: a Fábrica Bangu e o seu projeto social (1930-1945). Niterói, Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. **Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, PUR/ UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

PINTO, Surama Conde Sá. O prefeito da varinha de condão: A engenharia política de Paulo de Frontin na Prefeitura do Distrito Federal-1919. **Revista do Mestrado em História da Universidade Severino Sombra**, Vassouras, v. 10, 2008.

REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus Prefeitos**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha”, In: **Revista Análise Social**, v. XXIX, 1994.

RIO DE JANEIRO. **Annaes do Conselho Municipal**, 1909-1935.

SAMPAIO, Carlos. “**Dados sobre a cidade do Rio de Janeiro e condições financeiras da municipalidade coligidos pela seção de estatística em abril de 1921**”, Coleção Carlos Sampaio, IHGB, 1921.

TOPALOV, Christian. “Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX”. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses (orgs.). **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.